



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos que a Lei Municipal nº 1061 de 2026 que: **“CRIA O ESTATUTO DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO MUNICÍPIO DE BELA CRUZ E ESTABELECE NORMAS DE ATENDIMENTO, DIREITOS E DEVERES”**, foi publicada por afixação nos locais de amplo acesso público da Prefeitura Municipal de Bela Cruz/CE, no dia 08 de janeiro de 2026.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ, aos 08 de janeiro de 2026.



JOSÉ OTACÍLIO DE MORAIS NETO
PREFEITO MUNICIPAL



GOVERNO MUNICIPAL DE
BELA CRUZ
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



LEI Nº 1061

BELA CRUZ/CE, 08 DE JANEIRO DE 2026

**CRIA O ESTATUTO DAS PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO
MUNICÍPIO DE BELA CRUZ E ESTABELECE
NORMAS DE ATENDIMENTO, DIREITOS E
DEVERES**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BELA CRUZ/CE**, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Estatuto das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Bela Cruz, com o objetivo de garantir a dignidade, os direitos e o pleno atendimento das necessidades da pessoa com TEA, assegurando sua inclusão social, saúde, educação, cultura e acessibilidade.

Art. 2º Considera-se pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) toda aquela que apresenta características neurobiológicas que interferem no comportamento, desenvolvimento da linguagem, habilidades sociais, comunicação e interações com o ambiente.

CAPÍTULO II - DIREITOS DAS PESSOAS COM TEA

Art. 3º São direitos das pessoas com TEA no município de Bela Cruz, além dos garantidos pela Constituição Federal e demais legislações aplicáveis:

I. Direito à saúde: A pessoa com TEA tem direito ao atendimento médico especializado, terapias ocupacionais, fonoaudiológicas, neuropsicopedagógicas, psicopedagógicas, psicológicas, sendo dever do município disponibilizar serviços adequados e acessíveis.

II. Direito à educação: A pessoa com TEA tem direito a uma educação inclusiva e de qualidade, com a adoção de metodologias pedagógicas adaptadas, recursos materiais e humanos, e a capacitação dos profissionais da educação.



III. Direito à inclusão social: A pessoa com TEA deve ser incluída em todos os espaços sociais, culturais e esportivos, sendo vedada qualquer forma de discriminação.

IV. Direito ao trabalho: A pessoa com TEA tem direito à inclusão no mercado de trabalho, sendo oferecidas oportunidades adequadas à sua capacidade, com a devida adaptação do ambiente de trabalho.

V. Direito à acessibilidade: Todos os espaços públicos e privados devem garantir acessibilidade, com adaptação de infraestrutura e comunicação para atender adequadamente às pessoas com TEA.

Art. 4º A pessoa com TEA também tem direito a:

I. Programas de apoio e orientação às famílias.

II. Atendimento prioritário nas repartições públicas, serviços de saúde e assistência social.

III. Acesso a benefícios e políticas públicas destinadas à pessoa com deficiência, nos termos da legislação federal.

CAPÍTULO III - DEVERES DO MUNICÍPIO DE BELA CRUZ

Art. 5º O Município de Bela Cruz tem o dever de:

I. Criar e implementar políticas públicas que garantam os direitos da pessoa com TEA, incluindo serviços de saúde, educação, assistência social e cultura, com o apoio da sociedade civil.

II. Oferecer capacitação contínua para profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social para o atendimento adequado às necessidades da pessoa com TEA.

III. Promover campanhas de conscientização para combater o estigma e a discriminação contra as pessoas com TEA, com foco na valorização e na inclusão social.



IV. Garantir a implementação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do atendimento e da inclusão das pessoas com TEA nos serviços municipais.

CAPÍTULO IV - ATENDIMENTO E APOIO À FAMÍLIA

Art. 6º O Município de Bela Cruz deverá implementar programas de apoio e orientação às famílias de pessoas com TEA, oferecendo serviços de apoio psicológico, jurídico, social e neuropsicopedagógico, com foco na orientação sobre direitos, deveres e recursos disponíveis.

CAPÍTULO V - DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Art. 7º O Município deverá criar centros especializados para o atendimento de pessoas com TEA, com:

I. Equipes multiprofissionais que incluam médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, neuropsicopedagogos, educadores e assistentes sociais.

II. Serviços de atendimento individualizado, conforme a necessidade do paciente, com recursos e terapias adequadas.

Art. 8º O Município de Bela Cruz deverá garantir a implementação de programas de reabilitação e terapias especializadas, para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com TEA e promoção de sua qualidade de vida.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Poder Executivo Municipal ficará responsável por regulamentar a presente Lei, estabelecendo as normas complementares necessárias à sua implementação.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



GOVERNO MUNICIPAL DE BELA CRUZ
GABINETE DO PREFEITO



PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ-CE, aos 08 de janeiro de 2026


José Otacílio de Moraes Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ CNPJ: 07.566.045/0001-77

CONTATOS: (88) 3663-1150 gabinete@belacruz.ce.gov.br
ENDEREÇO: Rua José Ludgero da Silveira, N° 404- CENTRO,
CEP: 62570-000